



I Concurso Público para Provimento de Cargos de Especialistas: Análise e Caracterização de Sinistros; Análise de Risco de Crédito e Aplicação/Operação com Fundos

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'F06', Tipo 005

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-005

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Alberto Santos Dumont projetou, construiu e voou os primeiros
balões dirigíveis com motor a gasolina.

- Verifique se este caderno corresponde a sua opção de cargo, contém 60 questões, numeradas de 1 a 60 e se contém as propostas e o espaços para os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever suas respostas da Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto a seguir para responder às questões de números 1 a 4.

Quando a tecnologia serve para concentrar controle, ela amplia desigualdades; quando é desenhada para distribuir oportunidades, ela promove bem-estar e crescimento. O progresso não é linear nem neutro: é produto de decisões humanas e institucionais.

A IA generativa redefine tarefas e papéis, mas também desafia o significado do trabalho. Ao automatizar o que antes expressava o talento humano, pode corroer o senso de competência. Ao impor processos padronizados, reduz a autonomia. E ao substituir interações humanas por algoritmos fragiliza o pertencimento.

São três dimensões que, segundo a psicologia do trabalho, sustentam o bem-estar e a produtividade. A IA pode encurtar o árduo percurso do aprendizado, aquele que desenvolve instinto, julgamento e experiência. A eficiência não deve substituir o amadurecimento.

As evidências são eloquentes. Pesquisas de Puntoni e outros autores mostram que trabalhadores avaliados por algoritmos demonstram menos empatia. Segundo testes estatísticos, consumidores, por sua vez, valorizam mais produtos quando percebem participação humana em sua criação.

Mas a IA também pode abrir um novo ciclo de oportunidades. Como nos mostrou o prof. Christian Terwiesch, a IA generativa pode transformar o próprio processo de inovação. Em vez de restringir decisões a poucos, ela permite que mais pessoas criem, testem e proponham soluções apoiadas por IA; o que ele chama de “torneios de inovação”. O papel humano, nesse contexto, seria o de curador, não de executor.

A GenAI ajuda a criar mais e melhores ideias, e mais rápido, mas continua precisando de gente para dar direção, propósito e juízo de valor. Empresas que souberem equilibrar as forças entre a velocidade da máquina e o discernimento humano abrirão novos horizontes de vantagem competitiva.

O futuro da inovação, portanto, não pertence apenas à tecnologia, mas à cultura que a cerca.

Mas, em última instância, essas escolhas não se farão no vácuo. Elas serão moldadas pelos incentivos econômicos, pelas políticas públicas e pela forma como os mercados valorizam – ou não – o investimento em pessoas.

Se o sistema recompensar apenas ganhos de produtividade de curto prazo, o uso da IA tenderá à substituição e à concentração. Se, ao contrário, premiar a criação de valor humano e a difusão do conhecimento, o avanço tecnológico poderá se tornar um novo motor de prosperidade compartilhada. O equilíbrio econômico dessa nova era estará em unir produtividade com desenvolvimento humano; eficiência com aprendizado.

O desafio, portanto, não é apenas das empresas, mas também da regulação: fazer com que o progresso técnico caminhe ao lado do progresso econômico e social. A inteligência artificial pode gerar abundância ou desigualdade. O que determinará o resultado não é o algoritmo, mas o conjunto de escolhas, incentivos e valores construídos em torno dele.

(VESCOVI, Ana Paula. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ana-paula-vescovi/2025/10/o-poder-e-o-progresso-na-era-da-inteligencia-artificial.shtml>. Adaptado)

1. A autora elabora uma hipótese seguida de um possível desdobramento em:
 - (A) *Se o sistema recompensar apenas ganhos de produtividade de curto prazo, o uso da IA tenderá à substituição e à concentração.*
 - (B) *Segundo testes estatísticos, consumidores, por sua vez, valorizam mais produtos quando percebem participação humana em sua criação.*
 - (C) *Pesquisas de Puntoni e outros autores mostram que trabalhadores avaliados por algoritmos demonstram menos empatia.*
 - (D) *O desafio, portanto, não é apenas das empresas, mas também da regulação.*
 - (E) *A IA generativa redefine tarefas e papéis, mas também desafia o significado do trabalho.*
2. Respeitando as normas de concordância verbal, uma redação alternativa para um trecho do texto está em:
 - (A) Repousam nas empresas e também nas normas de regulação a expectativa de que o progresso técnico caminhe ao lado do econômico e social.
 - (B) Não apenas as políticas públicas, mas também a forma como se valorizam o investimento em pessoas determinará o futuro da inovação.
 - (C) Nem linear, nem neutro: cabem às decisões humanas e institucionais a redefinição do progresso.
 - (D) Caberá à união entre a produtividade e o desenvolvimento humano o equilíbrio econômico dessa nova era.
 - (E) São cada vez mais difíceis considerar como tangíveis as fronteiras entre a cultura de uma nação e o uso que fará do desenvolvimento tecnológico.



3. *Empresas que souberem equilibrar as forças entre a velocidade da máquina e o discernimento humano abrirão novos horizontes de vantagem competitiva.*

Ao se transpor a frase acima para a voz passiva, o verbo “abrir” deverá assumir a seguinte forma:

- (A) têm-se aberto.
- (B) foram abertos.
- (C) serão abertos.
- (D) se abrirá.
- (E) haverá de abrir.

4. O termo empregado para retomar uma palavra anteriormente usada no texto está sublinhado em:

- (A) *O futuro da inovação, portanto, não pertence apenas à tecnologia, mas à cultura que a cerca.*
- (B) *Pesquisas de Puntoni e outros autores mostram que trabalhadores avaliados por algoritmos demonstram menos empatia.*
- (C) *E ao substituir interações humanas por algoritmos fragiliza o pertencimento.*
- (D) *O que determinará o resultado não é o algoritmo, mas o conjunto de escolhas, incentivos e valores construídos em torno dele.*
- (E) *Em vez de restringir decisões a poucos, ela permite que mais pessoas criem, testem e proponham soluções apoiadas por IA.*

Língua Inglesa

5. *China's domestic economy has faltered and is being sustained largely by a record trade surplus and strong exports from the technology and clean energy sectors.*

Consumer spending remains weak, while much of the housing market is still in crisis. A five-year nationwide decline in apartment prices has wiped out much of the middle class's savings in a country where households typically hold about three-quarters of their assets in real estate.

(Disponível em: <https://www.nytimes.com/2026/07/30/business/china-economy-politburo.html>)

Without change in meaning, the word that could replace “wiped out” (underlined in the second paragraph) is:

- (A) *distorted.*
- (B) *drained.*
- (C) *dismissed.*
- (D) *discharged.*
- (E) *derailed.*

6. A five-year nationwide decline in apartment prices has wiped out much of the middle class's savings in a country where households typically hold about three-quarters of their assets in real estate.

The pronoun “their”, underlined in the excerpt, refers to

- (A) *country.*
- (B) *real estate.*
- (C) *assets.*
- (D) *savings.*
- (E) *households.*

Raciocínio Lógico, Matemático e Analítico

7. Em uma empresa pública federal, formam-se duplas entre programadores e assistentes. Há, no máximo, 50 pessoas nessa empresa. Em certo momento, $\frac{3}{4}$ dos programadores trabalham em parceria com $\frac{4}{5}$ dos assistentes. O número total de pessoas nessa empresa é:

- (A) 29
- (B) 16
- (C) 31
- (D) 37
- (E) 30



8. Ana, Bruno, Célia, Dario e Ênio são colegas de trabalho. Um deles quebrou a impressora. Ao questioná-los, o gerente teve as seguintes respostas:

Ana: "Eu não quebrei a impressora."

Bruno: "Eu quebrei a impressora."

Célia: "Ênio não quebrou a impressora."

Dario: "Eu não quebrei a impressora."

Ênio: "Ana quebrou a impressora."

Se apenas um dos colegas não está falando a verdade, quem quebrou a impressora foi

- (A) Bruno.
- (B) Célia.
- (C) Dario.
- (D) Ênio.
- (E) Ana.

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

9. Considere:

I. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

II. Legislar sobre trânsito e transporte.

III. Legislar sobre seguridade social.

Com base na Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o constante APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

-
10. De acordo com a Lei nº 13.303/2016,

- (A) independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, nos termos da Constituição Federal.
- (B) sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- (C) a empresa pública poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações, e emitir partes beneficiárias, devendo divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores.
- (D) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- (E) a exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida exclusivamente por meio de empresa pública, dependendo, sua constituição, de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.

Ética, Integridade, Governança, Compliance e Controles Internos

11. Uma empresa pública na forma de sociedade de economia mista federal contratou determinado fornecedor para a prestação de serviços de manutenção predial. Posteriormente, apurou-se que um preposto desse fornecedor ofereceu vantagem indevida a empregado público para obter tratamento favorecido em processo de licenciamento de interesse da contratante. À luz da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que a empresa
- (A) poderá ser responsabilizada objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, independentemente da comprovação de culpa ou dolo de seus dirigentes.
 - (B) poderá ser responsabilizada apenas na esfera penal, uma vez que a lei não prevê sanções administrativas para pessoas jurídicas.
 - (C) estará isenta de responsabilização caso o preposto do fornecedor venha a ser processado e condenado individualmente pelo ato de corrupção.
 - (D) poderá firmar acordo de leniência que a exima integralmente de qualquer sanção, bastando para tanto cooperar com as investigações.
 - (E) poderá ser responsabilizada administrativa e civilmente apenas mediante comprovação de que sua diretoria tinha conhecimento prévio do ato lesivo praticado pelo preposto do fornecedor.



12. O modelo das três linhas de defesa é amplamente adotado por organizações, inclusive empresas estatais, para estruturar a governança de riscos e dos controles internos. Considerando esse modelo, é correto afirmar que, ao promover avaliação independente e objetiva sobre a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, a auditoria interna posiciona-se na
- (A) segunda linha, uma vez que estabelece as políticas de gestão de riscos e conformidade a serem observadas pelas áreas operacionais.
 - (B) terceira linha, por fornecer avaliação independente sobre a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.
 - (C) primeira e segunda linhas simultaneamente, por acumular funções de execução operacional e de supervisão de riscos.
 - (D) terceira linha, e sua função deve necessariamente ser exercida por empresa de auditoria independente contratada externamente.
 - (E) primeira linha, pois atua diretamente na execução e no controle cotidiano dos processos operacionais da organização.

Proteção de Dados, Segurança da Informação e Uso Responsável de Dados

13. Uma Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores mantém dados pessoais de representantes e beneficiários relacionados às operações dos fundos e contrata uma empresa especializada em tecnologia para hospedar e processar parte dessas informações. Durante a execução dos serviços, a agência identifica um incidente de segurança que possibilitou acesso não autorizado a dados pessoais armazenados pela empresa contratada. Considerando as disposições da LGPD, a
- (A) empresa contratada responde integralmente pelo incidente perante os titulares, pois a manutenção da infraestrutura tecnológica lhe atribui responsabilidade direta pelas decisões sobre o tratamento dos dados pessoais.
 - (B) existência de contrato entre a agência gestora e a empresa de tecnologia implica que a agência gestora deve avaliar o incidente em conjunto com a empresa contratada, considerando a natureza dos dados, as medidas de segurança e os possíveis impactos aos titulares, e ambos devem tomar as providências cabíveis, incluindo a comunicação à ANPD.
 - (C) empresa de tecnologia, por administrar o ambiente em que os dados são armazenados, assume a condição de controladora e passa a definir as providências relacionadas aos titulares afetados pelo incidente identificado.
 - (D) agência gestora, na condição de controladora, deve avaliar o incidente e adotar as providências cabíveis, inclusive comunicar a ANPD e os titulares quando houver risco ou dano relevante, enquanto a empresa contratada atua como operadora.
 - (E) agência gestora deixa de responder pelas decisões relacionadas aos dados pessoais quando contrata uma empresa especializada, pois a execução técnica do tratamento passa a ser realizada pelo operador contratado.
14. Uma Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores identificou duas ocorrências durante suas atividades. Na primeira, alguns colaboradores receberam uma mensagem personalizada, encaminhada por uma instituição parceira, informando sobre uma suposta atualização cadastral, que direcionava a pessoa para uma página visualmente semelhante ao portal institucional, onde eram solicitados usuário e senha. Na segunda, um sistema utilizado para consulta de informações permaneceu inacessível durante determinado período após receber requisições provenientes de grande quantidade de dispositivos conectados à Internet. Considerando as características específicas dos ataques descritos, a primeira ocorrência corresponde
- (A) ao *phishing*, pois emprega uma comunicação fraudulenta para capturar credenciais, enquanto a segunda corresponde à engenharia social, pois utiliza diferentes dispositivos para induzir o sistema a processar requisições.
 - (B) ao *phishing*, pois combina uma mensagem fraudulenta com uma página destinada à captura de credenciais, enquanto a segunda corresponde a um ataque DDoS, no qual múltiplos dispositivos contribuem para sobrecarregar o serviço e afetar sua disponibilidade.
 - (C) à engenharia social, pois a personalização da mensagem constitui o elemento central do ataque, enquanto a segunda corresponde ao *ransomware*, devido ao comprometimento da disponibilidade do sistema afetado.
 - (D) ao *ransomware*, pois a obtenção das credenciais pode permitir o bloqueio posterior de sistemas, enquanto a segunda corresponde ao *phishing*, devido à utilização de uma infraestrutura distribuída para atingir o serviço.
 - (E) à engenharia social, pois obriga o usuário a fornecer credenciais em ambiente fraudulento, enquanto a segunda corresponde a um ataque DDoS, caracterizado pela tentativa de explorar vulnerabilidades do sistema por meio de requisições *backdoor*.

Noções de Economia, Finanças Públicas, Sistema Financeiro, Garantias e Crédito à Exportação

15. O Fundo de Garantia à Exportação (FGE), instituído pela Lei nº 9.818/1999, constitui um dos principais instrumentos de apoio oficial às exportações brasileiras. A respeito da natureza e do funcionamento desse fundo, é correto afirmar que o FGE
- (A) constitui pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, com patrimônio próprio segregado do Tesouro Nacional.
 - (B) tem por finalidade exclusiva assegurar a estabilidade cambial das operações de exportação, não alcançando riscos de natureza comercial ou política.
 - (C) é administrado diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na qualidade de agente financeiro responsável pela concessão de crédito à exportação.
 - (D) tem sua atuação estendida à cobertura de operações de importação realizadas por empresas brasileiras de pequeno porte.
 - (E) é fundo contábil de natureza pública, vinculado ao Tesouro Nacional, cuja gestão compete à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), destinado a cobrir riscos comerciais, políticos e extraordinários nas operações de exportação com apoio oficial.



16. Considere a seguinte situação hipotética: uma seguradora, ao ceder parte de seus riscos a um ressegurador, estabelece contratualmente que reterá, para cada sinistro individualmente considerado, um valor fixo de até R\$ 2 milhões, ficando o ressegurador responsável pelo montante excedente a esse limite, até o teto contratado, independentemente da proporção que o risco cedido representa em relação ao risco total assumido pela seguradora. Essa modalidade de resseguro é denominada
- (A) resseguro proporcional, na modalidade de excedente de responsabilidade (*surplus*).
 - (B) resseguro não proporcional, na modalidade de excesso de danos (*excess of loss*).
 - (C) resseguro não proporcional, na modalidade de *stop loss*.
 - (D) retrocessão, uma vez que o ressegurador transfere parte do risco assumido a outro ressegurador.
 - (E) resseguro proporcional, na modalidade de quota-parte (*quota-share*).

Sustentabilidade, Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), Diversidade e Inclusão

17. For institutions subject to the Brazilian PRSAC regulatory *framework*, it correctly describes the Social, Environmental and Climate Responsibility Policy (PRSAC) and the actions aimed at its effectiveness:
- (A) They should be proportionate to the institution's business model, the nature of its operations and the complexity of its products, services, activities and processes; adequate to the magnitude and materiality of its exposures to social, environmental and climate-related risks; and consider corresponding impacts and business opportunities.
 - (B) They should follow a uniform design across the financial system to ensure comparability, while differences in business models, operations, product and service complexity and risk exposures are addressed through separate internal instruments.
 - (C) They should be coordinated with the risk management framework, but the institution may assess social, environmental and climate-related risks in isolation, without addressing their interactions with other risks incurred by the institution.
 - (D) They must appoint a director who will approve and review the policy and assume the board of directors' responsibilities for adherence, integration and timely correction, irrespective of whether a board has been constituted at the institution.
 - (E) They should primarily provide a framework for public communication and philanthropic initiatives, while social, environmental and climate-related considerations affecting business, activities, processes and stakeholder relationships remain within other institutional policies.
18. A financial institution is developing a methodology to classify investments and financing linked to economic activities within the scope of the Brazilian Sustainable Taxonomy (TSB). The operations may involve green bonds, sovereign green bonds, carbon credits or blended finance.
- The basis of assessment that the institution use to determine whether the underlying economic activity is aligned with the TSB is:
- (A) Base the classification on verified carbon-credit methodologies, using quantified reductions or removals.
 - (B) Base the classification on blended-finance principles, using the strategic mobilization of additional commercial finance for sustainable development.
 - (C) Base the classification on the relevant TSB technical criteria applied to the underlying economic activity, verifying substantial contribution to its defined objectives, do no significant harm and compliance with the applicable minimum safeguards.
 - (D) Base the classification on must the Green Bond Principles, utilizing using eligible use of proceeds, project evaluation and selection, management of proceeds and reporting.
 - (E) Base the classification on eligibility under a sovereign green bond framework, using the public nature of the issuer and the environmental allocation of proceeds.

Noções de Análise de Dados, Informações e Indicadores

19. Tanto Ishikawa como Cinco Porquês são metodologias que podem ser utilizadas na análise e identificação de causas-raiz, mas não têm exatamente a mesma função nem operam da mesma forma. Uma distinção relevante é:
- (A) ambos trabalham com coleta e análise de dados para identificação da causa-raiz, porém Ishikawa apresenta uma única causa, enquanto Cinco Porquês apresenta as cinco principais em ordem de prevalência.
 - (B) Cinco Porquês trabalha com dimensões diferentes de um problema ou falha sistêmica; Ishikawa investiga e avalia apenas a dimensão econômico-financeira.
 - (C) Ishikawa é quantitativo, baseado fundamentalmente na análise de dados coletados e tratados; Cinco Porquês é eminentemente qualitativo e fortemente randômico.
 - (D) Ishikawa identifica, no momento da elaboração do Diagrama, somente causas comprovadas; Cinco Porquês trabalha somente com dados estatísticos.
 - (E) Ishikawa busca estruturar e explorar múltiplas categorias de possíveis causas; Cinco Porquês aprofunda uma cadeia causal por questionamentos sucessivos.
20. No que concerne aos diferentes tipos indicadores de desempenho, tem-se que um *leading indicator* distingue-se de um *lagging indicator* na medida em que
- (A) somente pode ser utilizado no nível operacional, fornecendo métricas para ações corretivas de forma pontual.
 - (B) procura acompanhar fatores antecedentes ou direcionadores que podem influenciar resultados futuros.
 - (C) não se presta à medição de performance, pois o indicador apenas captura situações exógenas à organização, como variações de mercado.
 - (D) é utilizado para avaliar os resultados alcançados e analisar o desempenho após a ocorrência dos eventos.
 - (E) mede exclusivamente resultados financeiros, conectando-se com os índices de performance da instituição.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Sistema Financeiro Nacional e Regulação**

21. O Acordo de Basileia III introduziu, entre outras inovações regulatórias, exigências de liquidez aplicáveis às instituições financeiras, complementando os requisitos de capital já previstos em acordos anteriores. Um desses indicadores exige que a instituição financeira mantenha estoque de ativos líquidos de alta qualidade suficiente para cobrir suas saídas líquidas de caixa projetadas para um cenário de estresse de curto prazo. Esse indicador é denominado
- (A) Índice de Financiamento Estável Líquido (*Net Stable Funding Ratio* – NSFR), que mede o descasamento estrutural entre ativos e passivos ao longo de um horizonte de um ano.
 - (B) Índice de Basileia III Consolidado, que serve como substituto integral de todos os demais indicadores de capital e liquidez previstos no acordo.
 - (C) Índice de Basileia, que mede a relação entre o capital regulatório total da instituição e seus ativos ponderados pelo risco.
 - (D) Índice de Liquidez de Curto Prazo (*Liquidity Coverage Ratio* – LCR), que mede a capacidade de a instituição suportar um cenário de estresse de liquidez de 30 dias.
 - (E) Índice de Alavancagem (*Leverage Ratio*), que mede a relação entre o capital de nível 1 da instituição e sua exposição total, sem ponderação pelo risco.
-
22. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia federal, tem como atribuição regular e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários, o que inclui ações, debêntures e derivativos, entre outros instrumentos. Sobre a área de atuação da CVM, é correto afirmar que compete a essa autarquia
- (A) emitir moeda e executar os serviços do meio circulante, atribuição exclusiva da CVM no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.
 - (B) regular o montante autorizado para operação de *swap* cambial, executadas pelo Banco Central do Brasil com sua anuência e supervisão.
 - (C) disciplinar e fiscalizar as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, bem como sua negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários.
 - (D) fixar as diretrizes gerais da política cambial, atribuição que lhe foi transferida do Conselho Monetário Nacional.
 - (E) autorizar o funcionamento e fiscalizar as sociedades seguradoras, na qualidade de órgão executor da política traçada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.
-
23. Em sua estrutura básica, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) organiza-se em órgãos normativos, órgãos supervisores e operadores. O Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) são integrantes do SFN. A respeito da estrutura do SFN, é correto afirmar que
- (A) o CMN, o BCB e a CVM exercem as mesmas atribuições sobre o mercado financeiro e de capitais, atuando de forma cumulativa e indistinta.
 - (B) compete à CVM fixar as diretrizes gerais da política monetária, cabendo ao CMN a supervisão exclusiva do mercado de capitais.
 - (C) compete ao CMN fixar as diretrizes gerais das políticas monetária, creditícia e cambial, ao passo que ao BCB e à CVM compete supervisionar e fiscalizar o cumprimento dessas diretrizes pelos operadores do sistema.
 - (D) compete ao BCB fixar as diretrizes gerais das políticas monetária, creditícia e cambial, cabendo ao CMN atuar exclusivamente como órgão executor e fiscalizador dessas políticas.
 - (E) a CVM subordina-se hierarquicamente ao BCB, possuindo baixa competência normativa própria sobre o mercado de valores mobiliários.
-
24. O Banco Central do Brasil (BCB) dispõe de diferentes instrumentos para a condução da política monetária. Considere hipoteticamente que o BCB decide elevar o percentual dos recursos captados pelas instituições financeiras, sob a forma de depósitos à vista, que estas devem manter junto a ele, o que reduz os recursos disponíveis para a expansão do crédito bancário. Esse instrumento de política monetária é conhecido como
- (A) operação de *swap* cambial, por meio da qual o BCB atua no mercado futuro para reduzir a volatilidade no mercado de crédito bancário.
 - (B) meta para a Taxa Selic, definida periodicamente pelo Comitê de Política Monetária.
 - (C) operação de mercado aberto (*open market*), que é executada por meio da compra de títulos públicos federais para ajustar a liquidez do sistema.
 - (D) redesconto, ou empréstimo de liquidez, por meio do qual o BCB fornece recursos às instituições financeiras em dificuldades momentâneas de caixa.
 - (E) recolhimento compulsório, mecanismo pelo qual o BCB exige que as instituições financeiras mantenham depositada na autoridade monetária parcela dos recursos captados do público.



25. Considere as duas situações hipotéticas a seguir, envolvendo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

1. No exercício de suas atribuições regulares de fiscalização do mercado de valores mobiliários, a CVM obteve, junto a determinada instituição financeira, documentos e informações sobre operações e serviços por esta prestados a seus clientes.
2. Já instaurado inquérito administrativo destinado a apurar a responsabilidade de determinada pessoa física submetida ao seu poder disciplinar, a CVM pretende obter, junto a instituições financeiras, informações sigilosas relativas a bens, direitos e obrigações dessa pessoa.

Nos termos da Lei Complementar nº 105/2001, é correto afirmar que:

- (A) em nenhuma das duas situações a CVM poderá obter as informações pretendidas, ainda que mediante autorização judicial, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Banco Central do Brasil.
- (B) em ambas as situações, o acesso da CVM independe de prévia autorização judicial, uma vez que a CVM, assim como o Banco Central do Brasil, está sempre dispensada dessa exigência, qualquer que seja o contexto de sua atuação.
- (C) na situação 1, a CVM deverá solicitar autorização judicial prévia, ao passo que, na situação 2, por se tratar de inquérito administrativo já instaurado, o acesso às informações independe dessa autorização.
- (D) na situação 1, o acesso da CVM independe de prévia autorização judicial, por se tratar do exercício de suas atribuições regulares de fiscalização, ao passo que, na situação 2, a CVM deverá solicitar à autoridade judiciária competente o levantamento do sigilo junto às instituições financeiras.
- (E) em ambas as situações, o acesso da CVM às informações depende de prévia autorização judicial, uma vez que se trata de dados protegidos por sigilo bancário.

Instrumentos Financeiros e Mercados

26. Um investidor institucional possui carteira relevante de ações de determinada companhia aberta, negociadas em bolsa de valores, e deseja se proteger contra o risco de queda no preço dessas ações ao longo dos próximos três meses, sem, contudo, abrir mão da possibilidade de se beneficiar de eventual alta no preço desse ativo nesse período, e sem precisar vender as ações desde já. Para tanto, o investidor decide utilizar opções de compra (*calls*) ou de venda (*puts*) sobre essas ações, negociadas em bolsa. A operação mais adequada ao objetivo desse investidor consiste em

- (A) comprar *puts* sobre as ações, o que lhe conferirá o direito, mas não a obrigação, de vender as ações a um preço de exercício preestabelecido, protegendo-o de quedas relevantes no preço, sem impedir que se beneficie de eventual alta.
- (B) comprar *puts* sobre as ações, o que lhe conferirá a obrigação de vender as ações a um preço de exercício preestabelecido, independentemente das condições de mercado no vencimento.
- (C) comprar *calls* sobre as ações, o que lhe conferirá o direito de comprar as ações a um preço de exercício preestabelecido, protegendo a carteira já detida contra eventual queda no preço desse ativo.
- (D) vender *puts* sobre as ações, o que lhe conferirá o direito de vender as ações a um preço de exercício preestabelecido, protegendo-o de quedas relevantes no preço do ativo.
- (E) vender *calls* sobre as ações já detidas em carteira, o que lhe conferirá o direito de comprar novas ações a um preço de exercício preestabelecido, protegendo integralmente a carteira contra quedas relevantes no preço do ativo.

27. Um investidor institucional detém, em sua carteira, títulos de dívida corporativa emitidos pela empresa Alfa S.A. e deseja se proteger contra o risco de inadimplemento (*default*) dessa emissora, sem se desfazer dos títulos que já possui. Para tanto, o investidor pretende utilizar um *Credit Default Swap* (CDS) tendo Alfa S.A. como entidade de referência. Para atingir esse objetivo, o investidor deve

- (A) comprar proteção junto ao vendedor do CDS, pagando-lhe os prêmios periódicos, e receber dele compensação caso ocorra o *default* de Alfa S.A. antes do vencimento do contrato.
- (B) comprar proteção junto ao vendedor do CDS, pagando-lhe os prêmios periódicos, e ter esses prêmios integralmente devolvidos caso não ocorra o *default* de Alfa S.A. até o vencimento do contrato.
- (C) vender proteção ao comprador do CDS, recebendo deste os prêmios periódicos, e dele também receber compensação caso ocorra o *default* de Alfa S.A. antes do vencimento do contrato.
- (D) vender proteção ao comprador do CDS, recebendo deste os prêmios periódicos, e nada lhe deve pagar caso ocorra o *default* de Alfa S.A. antes do vencimento do contrato.
- (E) comprar proteção junto ao vendedor do CDS, pagando-lhe os prêmios periódicos, e deve pagar-lhe compensação adicional caso ocorra o *default* de Alfa S.A. antes do vencimento do contrato.

28. Um investidor institucional deseja proteger sua carteira contra o risco de taxa de juros, buscando um título público federal cuja rentabilidade acompanhe diretamente a Taxa Selic. Dentre os títulos públicos federais ofertados pelo Tesouro Nacional, o mais adequado a esse objetivo é a

- (A) Letra do Tesouro Nacional (LTN), título cuja rentabilidade combina uma taxa de juros prefixada com a variação de índice de preços ao consumidor apurada durante o período de investimento.
- (B) Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), título prefixado, cuja rentabilidade é definida no momento da compra e não se altera com a variação da Taxa Selic.
- (C) Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), título cuja rentabilidade acompanha diariamente a variação da Taxa Selic, sem componentes prefixados em sua composição.
- (D) Nota do Tesouro Nacional Série C (NTN-C), título cuja rentabilidade é definida integralmente no momento da compra, permanecendo constante até o vencimento, independentemente da trajetória futura de juros.
- (E) Letra Financeira do Tesouro (LFT), título pós-fixado, cuja rentabilidade acompanha a Taxa Selic ao longo do período de investimento.



29. Diferentemente do que ocorre em uma modalidade de repartição de risco em que diversas seguradoras figuram conjuntamente na mesma apólice, cada uma respondendo perante o segurado por fração previamente ajustada do valor segurado, há uma segunda modalidade em que a seguradora, isoladamente responsável perante o segurado pela integralidade da cobertura contratada, transfere parte do risco já assumido a uma sociedade especializada, sem que o segurado tenha qualquer relação contratual direta com essa sociedade nem participe dessa decisão. Essa segunda modalidade denomina-se
- (A) prêmio, valor pago periodicamente pelo segurado à seguradora como contraprestação pela cobertura do risco contratado.
 - (B) sinistro, evento previsto na apólice cuja ocorrência gera, para a seguradora, o dever de indenizar o segurado.
 - (C) cosseguro, no qual a seguradora repassa parte do risco assumido a outra sociedade, sem que o segurado tenha ciência dessa repartição.
 - (D) franquia, valor fixo que permanece sob responsabilidade do próprio segurado em caso de sinistro coberto pela apólice.
 - (E) resseguro, no qual a seguradora, isoladamente responsável perante o segurado, cede parte do risco já assumido a uma resseguradora.
-
30. Na Teoria Moderna de Carteiras, a fronteira eficiente representa o conjunto de carteiras que oferecem
- (A) risco nulo, mediante diversificação suficiente da carteira entre um número elevado de ativos disponíveis no mercado.
 - (B) o maior retorno esperado para cada nível de risco, ou, de forma equivalente, o menor risco para cada nível de retorno esperado, entre todas as combinações possíveis de ativos disponíveis.
 - (C) o maior retorno esperado possível, independentemente do nível de risco assumido pelo investidor.
 - (D) o menor retorno esperado para cada nível de risco, entre todas as combinações possíveis de ativos disponíveis.
 - (E) o mesmo retorno esperado para qualquer nível de risco assumido, refletindo a ausência de relação entre risco e retorno.

Análise Financeira e Risco de Crédito

31. Para a aprovação de determinado projeto de investimento, a diretoria de uma empresa exige uma estimativa numérica da probabilidade de o Valor Presente Líquido (VPL) do projeto vir a ser negativo, e não apenas a indicação de um número limitado de resultados possíveis associados a conjunturas específicas. Ciente de que apenas uma das técnicas usualmente empregadas na avaliação de projetos é capaz de atender a essa exigência específica da diretoria, por permitir estimar numericamente a probabilidade de o VPL do projeto ser negativo, o analista responsável deve utilizar a técnica de
- (A) análise de ponto de equilíbrio.
 - (B) análise de regressão linear.
 - (C) elaboração de cenários.
 - (D) simulação de Monte Carlo.
 - (E) análise de sensibilidade.
-
32. Determinada instituição financeira, atuante no mercado de garantias e seguro de crédito, registrou, ao longo de determinado exercício, as seguintes ocorrências:
- I. Foi condenada ao pagamento de multa e indenização, por decisão judicial transitada em julgado, em razão de cláusula redigida de forma equivocada por sua própria equipe jurídica em determinada apólice.
 - II. Precisou honrar garantia concedida a um beneficiário, em decorrência da inadimplência do tomador da operação garantida, cuja capacidade de pagamento havia sido superestimada na análise de crédito realizada antes da concessão.
 - III. Verificou redução no preço de títulos públicos federais mantidos em carteira própria, em razão de elevação inesperada na taxa de juros.
- Tais ocorrências relacionam-se, respectivamente, aos riscos
- (A) de mercado, de crédito e operacional.
 - (B) operacional, de crédito e de mercado.
 - (C) de crédito, de mercado e operacional.
 - (D) de crédito, operacional e de mercado.
 - (E) operacional, de mercado e de crédito.
-
33. Na análise de risco de crédito de um tomador, é comum considerar múltiplas dimensões da capacidade e da disposição desse tomador para honrar suas obrigações. Considere as seguintes informações levantadas sobre determinada empresa tomadora de crédito:
- I. A geração de caixa operacional projetada para os próximos exercícios é suficiente para cobrir o serviço da dívida pretendida.
 - II. Há histórico de pontualidade nos pagamentos de obrigações anteriormente contraídas junto a outras instituições financeiras.
 - III. Existem bens oferecidos como colateral, cujo valor de realização supera o montante da operação de crédito pretendida.
- Essas três informações relacionam-se, respectivamente, às dimensões de análise conhecidas como
- (A) capacidade de pagamento, garantias e histórico de crédito.
 - (B) histórico de crédito, capacidade de pagamento e garantias.
 - (C) capacidade de pagamento, histórico de crédito e garantias.
 - (D) garantias, capacidade de pagamento e histórico de crédito.
 - (E) histórico de crédito, garantias e capacidade de pagamento.



34. Considere que as perdas diárias de uma carteira, em cinco cenários igualmente prováveis, sejam as seguintes:

- Cenário 1: R\$ 100.000,00
- Cenário 2: R\$ 200.000,00
- Cenário 3: R\$ 300.000,00
- Cenário 4: R\$ 400.000,00
- Cenário 5: R\$ 1.000.000,00

Para o nível de confiança de 80%, o Valor em Risco (*Value at Risk* – VaR) corresponde à quarta maior perda, R\$ 400.000,00, pois há exatamente 20% de probabilidade de perda igual ou superior a esse valor. O *Expected Shortfall* (ES) para esse mesmo nível de confiança corresponde a

- (A) R\$ 700.000,00, a média aritmética simples das perdas iguais ou superiores ao VaR.
- (B) R\$ 200.000,00, a segunda menor perda entre os cinco cenários considerados.
- (C) R\$ 400.000,00, valor idêntico ao VaR, uma vez que VaR e ES sempre devem coincidir numericamente para qualquer distribuição de perdas.
- (D) R\$ 1.000.000,00, a maior perda entre os cinco cenários considerados.
- (E) R\$ 300.000,00, a média aritmética simples entre todas as cinco perdas consideradas.

35. Determinado título de dívida é emitido com o compromisso contratual de que os recursos captados sejam destinados exclusivamente ao financiamento ou refinanciamento de projetos com benefícios ambientais claros, como projetos de energia renovável ou de eficiência energética. Esse tipo de título é conhecido, no mercado financeiro, como

- (A) debênture comum, título de dívida cujos recursos podem ser livremente utilizados pela empresa emissora, incluindo em projetos ambientais.
- (B) título soberano, emitido por governos nacionais que podem utilizar os recursos captados para o financiamento de projetos ambientais.
- (C) crédito de carbono, instrumento negociável que representa a redução ou remoção comprovada de determinada quantidade de gases de efeito estufa.
- (D) *blended finance*, mecanismo que combina recursos públicos e privados, concessionais e não concessionais, em uma mesma estrutura de financiamento.
- (E) *green bond*, ou título verde, cujos recursos captados são destinados especificamente a projetos com benefícios ambientais.

Métodos Quantitativos

36. O número de sinistros registrados mensalmente em determinada carteira de seguros pode ser adequadamente modelado por uma distribuição de Poisson, com média de 2 sinistros por mês. A probabilidade de que, em determinado mês, ocorram 0, 1 ou 2 sinistros nessa carteira é

- (A) igual a 50%.
- (B) dependente do desvio-padrão da distribuição.
- (C) igual a zero.
- (D) maior do que 50%.
- (E) menor do que 50%.

37. Um índice de preços, com base fixa em 100 no ano de 2020, apresentou os seguintes valores nos anos subsequentes:

- 2022: 110
- 2024: 132

Com base exclusivamente nesses dados, a variação percentual do nível de preços entre os anos de 2022 e 2024 foi de

- (A) 10%
- (B) 42%
- (C) 20%
- (D) 22%
- (E) 32%

38. Em um contrato de financiamento estruturado sob determinado sistema de amortização, o devedor paga, ao longo de todo o prazo contratual, apenas os juros incidentes sobre o saldo devedor, deixando o valor do principal para ser pago de uma só vez na data de vencimento final do contrato. Esse sistema de amortização é conhecido como

- (A) Tabela Price, no qual o valor da prestação é constante ao longo de todo o prazo contratual.
- (B) Sistema Alemão, no qual os juros são pagos antecipadamente, no início de cada período, e não ao final.
- (C) Sistema de Amortização Constante (SAC), no qual o valor da amortização é pago em parcela fixa e única.
- (D) Sistema Americano, no qual o principal é amortizado integralmente na data de vencimento.
- (E) Sistema de Amortização Misto (SAM), no qual o valor da prestação corresponde à média ponderada entre as prestações do Sistema de Amortização Constante (SAC) e da Tabela Price.



39. Na modelagem atuarial da severidade de sinistros, é comum observar que a maioria dos sinistros apresenta valor relativamente baixo, mas uma pequena parcela deles apresenta valores extremamente elevados, gerando uma distribuição de perdas com assimetria positiva pronunciada e cauda direita mais pesada do que a de uma distribuição normal. Entre as distribuições de probabilidade comumente utilizadas para modelar esse tipo de comportamento, encontram-se a
- (A) Binomial e a Poisson, pois ambas são distribuições contínuas com assimetria positiva e cauda pesada.
 - (B) Uniforme e a Lognormal, pois ambas atribuem densidade de probabilidade crescente aos valores mais extremos da distribuição.
 - (C) Lognormal e a Binomial, pois ambas são distribuições contínuas capazes de representar assimetria positiva pronunciada.
 - (D) Pareto e a Poisson, pois ambas refletem adequadamente a ocorrência de valores extremos de sinistros em uma carteira.
 - (E) Pareto e a Lognormal, pois ambas apresentam cauda mais pesada do que a distribuição normal, adequando-se à modelagem de valores extremos de sinistros.
-
40. Um atuário deseja estimar a distribuição de probabilidade das perdas agregadas de uma carteira de seguros, considerando simultaneamente a incerteza quanto à frequência dos sinistros e quanto à severidade de cada sinistro individual. Para tanto, o atuário decide gerar milhares de cenários aleatórios, combinando diferentes valores possíveis para essas variáveis, extraídos de suas respectivas distribuições de probabilidade, e observar a distribuição resultante das perdas agregadas simuladas. Essa técnica é conhecida como
- (A) análise de séries temporais, que modela a dependência entre observações sucessivas de uma mesma variável ao longo do tempo.
 - (B) simulação de Monte Carlo, que gera numerosos cenários aleatórios a partir das distribuições de probabilidade das variáveis envolvidas, permitindo estimar a distribuição resultante de uma grandeza de interesse.
 - (C) análise de regressão linear, que estima a relação estatística entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes a partir de dados históricos observados.
 - (D) análise de componentes principais, que reduz a dimensionalidade de um conjunto de variáveis correlacionadas em um número menor de componentes não correlacionados.
 - (E) teste de hipóteses, que avalia se uma afirmação sobre um parâmetro populacional é ou não estatisticamente sustentada pelos dados amostrais disponíveis.
-

Contabilidade Aplicada

41. Em determinado exercício, uma seguradora apresentou sinistros retidos correspondentes a 60% dos prêmios ganhos e despesas comerciais e administrativas correspondentes a 35% dos prêmios ganhos. Nesse exercício, o índice combinado dessa seguradora foi de
- (A) 95%, obtido pela soma entre o índice de sinistralidade e o percentual de despesas comerciais e administrativas.
 - (B) 21%, obtido pela multiplicação entre o índice de sinistralidade e o percentual de despesas comerciais e administrativas.
 - (C) 25%, obtido pela subtração entre o percentual de despesas e o percentual de sinistralidade.
 - (D) 60%, correspondente ao índice de sinistralidade, sem considerar as despesas comerciais e administrativas.
 - (E) 35%, correspondente ao percentual de despesas comerciais e administrativas, sem considerar a sinistralidade.
-
42. Nos termos do CPC 48 (correlato à IFRS 9), a classificação de um ativo financeiro para fins de mensuração subsequente depende, entre outros fatores, do modelo de negócios da entidade para a gestão desse ativo e das características de seus fluxos de caixa contratuais. Considerando essa lógica de classificação, é correto afirmar que um ativo financeiro representado por um título de dívida, mantido pela entidade com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais até o vencimento, correspondentes exclusivamente a pagamentos de principal e juros, deve ser classificado, em regra,
- (A) exclusivamente ao valor de custo histórico, sem qualquer ajuste posterior, de forma independente do modelo de negócios adotado pela entidade.
 - (B) ao patrimônio líquido da entidade, como se fosse um instrumento de capital próprio, e não um ativo financeiro representado por título de dívida.
 - (C) ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), categoria residual aplicável a ativos financeiros mantidos para negociação frequente ou que não se enquadrem nas demais categorias.
 - (D) ao custo amortizado, categoria aplicável a ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por principal e juros.
 - (E) ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), categoria aplicável a instrumentos patrimoniais para os quais a entidade tenha feito escolha irrevogável nesse sentido.
-



43. A empresa Alfa S.A. detém participação de 30% no capital votante da empresa Beta S.A., sobre a qual exerce influência significativa, sendo o investimento avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP). No exercício findo, a empresa Beta S.A. apurou lucro líquido de R\$ 500.000,00. Com base exclusivamente nessa informação, o resultado de equivalência patrimonial a ser reconhecido por Alfa S.A., em decorrência desse investimento, nesse exercício, é de
- (A) R\$ 0,00, uma vez que o MEP não reconhece resultado de equivalência com base no lucro líquido apurado pela investida.
 - (B) R\$ 150.000,00, correspondente a 30% do lucro líquido apurado por Beta S.A., proporcional à participação de Alfa S.A. no capital votante dessa investida.
 - (C) R\$ 500.000,00, correspondente à integralidade do lucro líquido apurado por Beta S.A., independentemente do percentual de participação de Alfa S.A.
 - (D) R\$ 1.666.666,67, obtido pela divisão do lucro líquido de Beta S.A. pelo percentual de participação de Alfa S.A.
 - (E) R\$ 350.000,00, correspondente à diferença entre o lucro líquido de Beta S.A. e o valor de 30% desse lucro.
44. O CPC 00 (R2), Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, estabelece características qualitativas fundamentais que a informação contábil deve possuir para ser útil aos usuários das demonstrações financeiras. Duas dessas características fundamentais são a relevância e a representação fidedigna. Para que uma informação contábil apresente representação fidedigna, nos termos dessa Estrutura Conceitual, ela deve ser
- (A) completa, neutra e livre de erro, ainda que essas características não impliquem exatidão absoluta em todos os seus aspectos.
 - (B) compreensível para qualquer usuário, independentemente de seu conhecimento prévio sobre atividades econômicas e contabilidade, sendo essa a principal exigência para a representação fidedigna.
 - (C) tempestiva, no sentido de estar disponível aos usuários antes de perder sua capacidade de influenciar decisões, sendo essa a característica mais relevante exigida pela Estrutura Conceitual para a representação fidedigna.
 - (D) exclusivamente comparável com informações de exercícios anteriores, sem qualquer outro atributo adicional exigido pela Estrutura Conceitual.
 - (E) verificável apenas por auditores externos independentes, o que garante a sua representação fidedigna.
45. O CPC 46 estabelece uma hierarquia de níveis para as informações (*inputs*) utilizadas na mensuração do valor justo de ativos e passivos, atribuindo maior prioridade às informações de maior confiabilidade e objetividade. Considere que determinada entidade precise mensurar o valor justo de uma ação, negociada em bolsa de valores organizada, com cotação diária amplamente divulgada e disponível para o ativo idêntico ao mensurado. Nos termos dessa hierarquia, essa mensuração deve utilizar, prioritariamente, informações de
- (A) Nível 1, correspondentes a informações não observáveis, desenvolvidas exclusivamente pela própria entidade, utilizando um modelo isento que não se baseia em dados de mercado.
 - (B) Nível 2, correspondentes a preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para o próprio ativo idêntico ao que está sendo mensurado.
 - (C) Nível 1, correspondentes a preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que estão sendo mensurados.
 - (D) Nível 2, correspondentes a informações observáveis, diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1, tais como preços de ativos semelhantes em mercados ativos.
 - (E) Nível 3, correspondentes a informações não observáveis para o ativo ou passivo, desenvolvidas com base nas melhores informações disponíveis sobre premissas que os participantes do mercado utilizariam.

Noções de Economia e Análise Setorial

46. Em determinado mercado, atuam numerosas empresas ofertando um mesmo tipo de bem, mas cada uma comercializa uma variante desse bem com atributos que a diferenciam, aos olhos dos consumidores, das variantes ofertadas pelas demais empresas concorrentes, tais como marca, design, localização ou qualidade percebida. Em razão dessa diferenciação, cada empresa detém certo grau de poder sobre o preço de sua própria variante, podendo fixá-lo acima do seu custo marginal de produção, ainda que de forma limitada pela existência de produtos substitutos próximos ofertados pelas demais empresas. A entrada e a saída de empresas nesse mercado ocorrem com relativa facilidade, de modo que, no longo prazo, os lucros econômicos tendem a se aproximar de zero. Essa estrutura de mercado é denominada:
- (A) Monopsônio.
 - (B) Modelo de *Stackelberg*.
 - (C) Modelo de *Cournot*.
 - (D) Monopólio.
 - (E) Competição monopolística.
47. Em contextos de assimetria de informação, a parte mais bem informada de uma relação econômica pode adotar ações custosas e observáveis, destinadas a comunicar à parte menos informada uma característica que esta não consegue observar diretamente, como sua qualidade ou capacidade. Um tomador de crédito que oferece voluntariamente garantias adicionais, além das exigidas pela instituição financeira, para comunicar sua maior capacidade de honrar a dívida, está adotando um mecanismo de
- (A) risco sistêmico.
 - (B) sinalização.
 - (C) seleção adversa.
 - (D) risco moral.
 - (E) externalidade negativa.



48. Durante certo período, a taxa de crescimento trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) de determinado país permaneceu positiva ao longo de sucessivos trimestres, ou seja, o nível de atividade econômica aumentou ao longo dos trimestres. Entretanto, nesse mesmo período, a magnitude das taxas de crescimento trimestral foi se reduzindo progressivamente, aproximando-se de zero, sem se tornar negativa. De acordo com a caracterização clássica dos ciclos econômicos (*business cycles*), esse momento específico da trajetória da atividade econômica corresponde à fase de
- (A) depressão.
 - (B) expansão.
 - (C) recessão.
 - (D) estagflação.
 - (E) contração.
49. Projetos de infraestrutura de grande porte, como rodovias, ferrovias e usinas de geração de energia, costumam demandar volumes elevados de recursos e prazos de maturação longos, o que frequentemente exige estruturas de financiamento específicas. Uma dessas estruturas, amplamente utilizada nesse contexto, caracteriza-se por
- (A) buscar a totalidade dos recursos necessários ao projeto por meio de doações governamentais, reduzindo a necessidade de captação de recursos onerosos junto a instituições financeiras ou investidores.
 - (B) restringir a participação de instituições financeiras multilaterais, como bancos de desenvolvimento, na estruturação do financiamento desses projetos.
 - (C) segregar o projeto em uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), cujos fluxos de caixa futuros do próprio projeto constituem a principal fonte de pagamento e garantia das dívidas contraídas.
 - (D) financiar o projeto exclusivamente com recursos próprios dos acionistas patrocinadores (*equity*), evitando a captação de recursos de terceiros junto a instituições financeiras.
 - (E) vincular o pagamento da dívida contraída exclusivamente ao patrimônio geral dos acionistas patrocinadores, minimizando a relação com os fluxos de caixa gerados pelo próprio projeto financiado.
50. Diferentemente da política monetária tradicional, cujo principal objetivo é o controle da inflação por meio de instrumentos como a taxa básica de juros, a política macroprudencial tem por objetivo principal
- (A) fixar as alíquotas dos tributos federais incidentes sobre operações financeiras, com vistas ao controle da atividade econômica.
 - (B) substituir a supervisão microprudencial de instituições financeiras individuais, demonstrando uma evolução para essa forma de supervisão.
 - (C) controlar diretamente o nível geral de preços da economia, substituindo a política monetária tradicional em suas funções.
 - (D) mitigar os riscos sistêmicos ao sistema financeiro como um todo, buscando prevenir ou reduzir a probabilidade e os custos de crises financeiras que possam afetar a estabilidade do sistema.
 - (E) determinar o valor do salário mínimo nacional, com vistas à redução das desigualdades de renda entre trabalhadores.

Apoio Oficial às Exportações Brasileiras

51. Um exportador brasileiro obteve, junto a instituição financeira autorizada a operar no mercado de câmbio, adiantamento de recursos em moeda nacional relativo a uma exportação ainda não embarcada, com base em contrato de câmbio previamente celebrado. Antes da liquidação desse adiantamento, a mercadoria veio a ser efetivamente embarcada, tendo o exportador entregue à instituição financeira os documentos comprobatórios da exportação. Nessa hipótese, é correto afirmar que a operação
- (A) permanece regida exclusivamente pelas condições do contrato de câmbio original, sem qualquer alteração decorrente do embarque ou da entrega dos documentos comprobatórios à instituição financeira.
 - (B) pode ter sua condição alterada somente mediante prévia autorização específica do Banco Central do Brasil, concedida caso a caso para cada operação de exportação.
 - (C) deve ser obrigatoriamente liquidada de imediato no momento do embarque, não sendo admitida sua manutenção sob outra condição perante a instituição financeira.
 - (D) tem sua condição alterada perante a instituição financeira, passando a ser tratada com base na mercadoria já embarcada e nos documentos entregues, sem exigência de novo contrato de câmbio.
 - (E) torna-se automaticamente nula, exigindo-se a devolução integral dos recursos adiantados e a celebração de contrato de câmbio inteiramente novo para a obtenção de qualquer adiantamento adicional.
52. A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) atua no âmbito do apoio oficial às exportações brasileiras, operacionalizando o Seguro de Crédito à Exportação (SCE) por conta e ordem da União. Nesse contexto, a respeito das atribuições da ABGF e do papel do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), é correto afirmar que
- (A) o risco financeiro das operações de exportação amparadas pelo SCE é suportado pelo FGE, fundo contábil vinculado ao Tesouro Nacional, e não pelo patrimônio próprio da ABGF.
 - (B) a ABGF deve fiscalizar a constituição, a organização e o funcionamento das sociedades seguradoras que operam no mercado de seguros privados em geral, atribuição exercida em colaboração com a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
 - (C) a ABGF assume, com recursos próprios e patrimônio segregado do restante da União, o risco financeiro decorrente das indenizações pagas no âmbito do SCE, de forma que esse risco não recaia sobre o FGE.
 - (D) cabe à ABGF aprovar o enquadramento das operações de financiamento no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), atribuição que a legislação transferiu do colegiado até então responsável por essa função.
 - (E) compete à ABGF, com exclusividade em relação a outros órgãos governamentais, definir as diretrizes de política de comércio exterior e de financiamento às exportações a serem observadas pelas instituições financeiras credenciadas.



53. Além do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) administra outros fundos vinculados às suas operações, entre eles o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e o Fundo de Indenizações do Seguro Obrigatório de Embarcações (FUNDPEM). A respeito da natureza jurídica desses dois fundos, é correto afirmar que
- (A) o FESR e o FUNDPEM não guardam relação específica com a atividade de análise e caracterização de sinistros desempenhada pela ABGF, por serem de natureza distinta.
 - (B) o FESR e o FUNDPEM constituem fundos de indenização especial, de natureza distinta dos fundos garantidores, ainda que também sejam geridos pela ABGF.
 - (C) ambos constituem fundos garantidores, de mesma natureza jurídica que o FGE, destinados a garantir o pagamento de indenizações relativas a operações de crédito à exportação.
 - (D) apenas o FESR é gerido exclusivamente pela ABGF, sendo o FUNDPEM gerido em parceria com outra entidade da administração pública federal.
 - (E) o FESR constitui fundo garantidor de operações de exportação, ao passo que o FUNDPEM constitui fundo garantidor de operações de importação.
-
54. A *Recommendation on Common Approaches for Officially Supported Export Credits and Environmental and Social Due Diligence* (conhecida como *Common Approaches*), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estabelece, entre outras diretrizes, a expectativa de que as agências de crédito à exportação participantes
- (A) adotem, como parâmetro de avaliação dos impactos ambientais e sociais, a legislação do país de destino do projeto, independentemente do grau de exigência dos padrões internacionalmente reconhecidos aplicáveis à matéria.
 - (B) reservem a divulgação pública de informações sobre os impactos ambientais e sociais de projetos com impactos potenciais mais significativos de acordo com a discricionariedade do exportador.
 - (C) classifiquem a generalidade dos projetos apoiados em uma única categoria de risco ambiental e social, com procedimentos de revisão uniformes entre si, para projetos de qualquer natureza ou do porte.
 - (D) apliquem regras específicas às operações de crédito à exportação com prazo de reembolso inferior a dois anos, ficando as operações de prazo mais longo sujeitas a regime de revisão simplificado.
 - (E) sejam responsáveis pela avaliação de *due diligence* ambiental e social sobre os projetos apoiados, de forma proporcional à natureza e à magnitude dos impactos potenciais identificados.
-
55. No âmbito da regulação internacional de crédito à exportação com apoio oficial e de sua relação com o *Arrangement on Officially Supported Export Credits (Arrangement)* da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), o *Aircraft Sector Understanding (ASU)* constitui um
- (A) mecanismo interno do governo brasileiro, por meio do qual o País define as regras para financiamento no setor aeronáutico.
 - (B) instrumento que dispensa a observância das regras gerais do *Arrangement* para as operações de apoio oficial ao setor aeronáutico.
 - (C) anexo setorial ao *Arrangement*, aplicável especificamente às operações de apoio oficial ao crédito à exportação de aeronaves civis.
 - (D) tratado internacional autônomo voltado para o setor aeronáutico, competindo e por vezes conflitando com o *Arrangement*.
 - (E) instrumento normativo aplicável exclusivamente a operações de financiamento a aeronaves militares.

Ética, Compliance e Legislação Aplicada

56. No âmbito das políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a classificação de um cliente como Pessoa Exposta Politicamente (PEP) exige da instituição financeira a adoção de procedimentos reforçados de diligência devida (*enhanced due diligence*). Nos termos da regulação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) aplicável a essa classificação, é correto afirmar que a condição de PEP
- (A) pode alcançar não apenas o próprio agente público que exerce ou exerceu função pública relevante, mas também seus familiares até determinado grau de parentesco e pessoas de seu relacionamento próximo.
 - (B) restringe-se aos titulares de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, não alcançando ocupantes de cargos de direção em empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (C) dispensa a adoção de procedimentos de diligência reforçada quando o cliente classificado como PEP for correntista da própria instituição financeira há mais de cinco anos, em razão do histórico consolidado de relacionamento.
 - (D) permanece válida pelo prazo de dez anos contados da data em que a pessoa deixou de ocupar o cargo, emprego ou função pública relevante, ainda que tenha se afastado definitivamente da vida pública.
 - (E) permanece válida pelo prazo de dois anos contados da data em que a pessoa deixou de ocupar o cargo, emprego ou função pública relevante, findo o qual a instituição financeira fica dispensada de qualquer diligência adicional relacionada a esse vínculo.



57. Nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, ao receber pedido de acesso à informação, o órgão ou entidade pública deve, em regra, autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível, ou, quando não for possível a concessão imediata, fazê-lo em prazo não superior a
- (A) trinta dias corridos, prazo comum a todos os órgãos e entidades públicas, sem hipótese de prorrogação prevista em lei.
 - (B) noventa dias, prazo aplicável exclusivamente a pedidos de acesso classificados como de alta complexidade técnica.
 - (C) cinco dias, sem possibilidade de prorrogação, exceto se a complexidade do pedido justificar prazo maior.
 - (D) sessenta dias, prorrogável por igual período, independentemente de justificativa expressa por parte do órgão ou entidade pública.
 - (E) vinte dias, prorrogável por mais dez dias, mediante justificativa expressa da qual será cientificado o requerente.
-
58. O *framework* COSO ERM (*Enterprise Risk Management*), em sua versão de 2017, estrutura a gestão de riscos corporativos em componentes inter-relacionados, integrados ao processo de definição de estratégia e de desempenho da organização. Diferentemente de versões anteriores do *framework*, a versão de 2017 passou a enfatizar, de forma explícita, a integração entre a gestão de riscos e
- (A) a adoção de indicadores-chave de desempenho (KPIs) financeiros como principal critério para a priorização dos riscos identificados pela organização, em substituição aos indicadores não financeiros.
 - (B) a atribuição, à função de auditoria interna, da responsabilidade primária pela identificação e pela gestão cotidiana dos riscos da organização, papel anteriormente exercido pela alta administração.
 - (C) os componentes de governança e cultura organizacional, que passaram a substituir, nessa versão, o componente de ambiente de controle previsto no COSO *Internal Control – Integrated Framework*.
 - (D) a adoção de uma classificação fixa de riscos em quatro categorias predefinidas (estratégicos, operacionais, de divulgação e de conformidade), estrutura que, na versão de 2017, passou a ser o principal referencial adotado pelas organizações.
 - (E) a definição da estratégia e do desempenho organizacional, evidenciando como os riscos influenciam e são influenciados pela definição e pela execução da estratégia da entidade.
-
59. A Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil é signatário, tem por objeto principal
- (A) estabelecer obrigação, para os Estados signatários, de tipificar como crime o oferecimento de vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, com o objetivo de obter ou manter negócios ou outra vantagem indevida em transações comerciais internacionais.
 - (B) restringir-se a recomendações não vinculantes, sem obrigação de tipificação penal por parte dos Estados signatários.
 - (C) tipificar e reprimir a corrupção de agentes públicos nacionais em transações comerciais internas de cada país signatário, além das transações comerciais internacionais.
 - (D) substituir as legislações domésticas de cada Estado signatário em matéria de combate à corrupção, uniformizando penas e procedimentos.
 - (E) unificar, em um único diploma normativo, toda a legislação de proteção de dados pessoais dos Estados signatários da OCDE.
-
60. A Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece que o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas hipóteses legalmente previstas, entre elas o consentimento do titular. A respeito dessas hipóteses, é correto afirmar que
- (A) o consentimento do titular, uma vez obtido, é sempre irrevogável, não podendo ser retirado posteriormente pelo titular.
 - (B) a LGPD aplica-se exclusivamente a dados pessoais tratados em meio eletrônico, não alcançando o tratamento de dados pessoais em meio físico.
 - (C) a LGPD prevê outras bases legais além do consentimento, tais como o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, e a execução de contrato do qual o titular seja parte.
 - (D) o consentimento do titular constitui a única base legal prevista na LGPD, não sendo lícito o tratamento de dados pessoais com fundamento em outra hipótese.
 - (E) o tratamento de dados pessoais dispensa base legal quando realizado por pessoa jurídica de direito privado, aplicando-se essa exigência apenas a órgãos públicos.



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais: Conforme Edital de Abertura de Inscrições, Capítulo 13. **Da Prova Discursiva-Estudo de Caso,** itens: 13.3 **A Prova Discursiva-Estudo de Caso** constará de 02 (duas) questões práticas, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 13.5 **A Prova Discursiva-Estudo de Caso** destinar-se-á a avaliar o domínio técnico de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições dos cargos em concurso. 13.6 **A Prova Discursiva-Estudo de Caso** terá caráter habilitatório e classificatório, e cada questão será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos. 13.7 [...] considerar-se-á habilitado o candidato que obtiver **nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) em cada uma das questões.** [...] 13.15 A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 13.16 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da **Prova Discursiva-Estudo de Caso.** 13.17 Eventuais marcações nos enunciados das questões, que não excedam a palavras sublinhadas ou circuladas, não trarão prejuízo à correção da **Prova Discursiva-Estudo de Caso.**

QUESTÃO 1

Uma empresa exportadora obteve, junto à ABGF, cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (SCE), amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para operação de venda de máquinas agrícolas. O comprador estrangeiro está localizado em país classificado na categoria 6 (risco elevado) pela metodologia de risco-país da OCDE. Tal operação foi aprovada há oito meses com base em análise técnica que considerou o histórico de pagamentos do comprador e a solidez financeira da exportadora. Ao revisar a documentação da operação para fins de acompanhamento periódico, uma analista da ABGF recentemente designada para a carteira identificou dois pontos que chamaram sua atenção: primeiro, o comprador estrangeiro é controlado por sociedade cujo quadro societário inclui um cunhado do diretor de operações da empresa exportadora, relação não mencionada em nenhum momento do processo de contratação da apólice; segundo, o cronograma de pagamentos apresentado à ABGF no momento da contratação diverge, em prazos e valores, daquele constante do contrato comercial mais recente firmado entre a exportadora e o comprador estrangeiro, documento obtido pela analista junto à área de operações da própria empresa exportadora. Considerando os princípios de integridade, governança e *compliance* aplicáveis às empresas públicas federais, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e a regulação do SCE amparado pelo FGE, responda, fundamentadamente, ao que se pede:

- Quais elementos caracterizam, na hipótese, situação de conflito de interesses relevante para fins de governança e integridade na ABGF? A ausência de declaração desse vínculo no momento da contratação, por si só, compromete a validade da apólice de SCE concedida, ou depende de outros fatores para produzir esse efeito?
- A divergência identificada entre o cronograma de pagamentos apresentado na contratação e o constante do contrato comercial mais recente autoriza, por si só, a revisão das condições da cobertura concedida pelo FGE? Quais diligências técnicas devem anteceder qualquer conclusão sobre eventual agravamento do risco segurado?
- Confirmada a prestação de informação inexata no momento da contratação da apólice, a hipótese pode se amoldar a alguma das categorias de atos lesivos previstas na Lei nº 12.846/2013? Quais são as possíveis consequências para a empresa exportadora e para a operação de SCE já concedida?

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO EScreva Neste Espaço

**QUESTÃO 2**

Uma empresa exportadora brasileira, amparada por apólice de Seguro de Crédito à Exportação (SCE) vinculada ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE), exportou bens de capital a comprador estrangeiro privado, localizado em país participante do *Arrangement* da OCDE, com financiamento a ser pago em parcelas ao longo de 24 meses. O comprador estrangeiro deixou de honrar duas parcelas consecutivas do cronograma de pagamento, alegando dificuldades financeiras internas, sem que o país importador tenha adotado qualquer medida restritiva à transferência de divisas, nem tenha ocorrido evento de natureza bélica, política ou catastrófica que impedisse o pagamento. Notificada pela exportadora, a ABGF, no exercício de suas atribuições de análise e caracterização de sinistros, precisa apreciar o pedido de indenização apresentado. Nos termos da apólice, o percentual de cobertura contratado é de 90% do valor do crédito não pago, cabendo à exportadora segurada a retenção do risco remanescente, sendo o saldo devedor não pago, na data da apuração do sinistro, equivalente a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos EUA). Considerando a disciplina da regulação do SCE, a classificação dos riscos comercial, político e extraordinário adotada nas operações de apoio oficial e as normas aplicáveis ao FGE, responda, fundamentadamente, ao que se pede:

- O evento narrado configura sinistro indenizável pelo SCE? A que categoria de risco (comercial, político ou extraordinário) esse evento se amolda? Quais elementos devem estar presentes para a caracterização do sinistro nessa categoria?
- Com base no percentual de cobertura aplicável sobre o saldo devedor não pago, qual é o valor da indenização devida pelo FGE à exportadora segurada? Apresente o cálculo.
- Uma vez paga a indenização à exportadora segurada, que direitos passam a ser exercidos pela ABGF, em nome do FGE, em relação ao comprador estrangeiro inadimplente? Qual é a finalidade prática desse mecanismo para a sustentabilidade do Fundo?

Observação: É necessário informar, obrigatoriamente, na sua resposta, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO EScreva Neste Espaço